

PENSAMENTO CRÍTICO

Novas interpretações desenvolvimentistas

Inez Silvia Batista Castro (Org.)

Rio de Janeiro, 2013


Centro Internacional
CELSO FURTADO
de Políticas para o Desenvolvimento
The International CELSO FURTADO Center for Development Policies

 **Banco do
Nordeste**

 **e-papers**

Apresentação

Este livro é fruto da parceria entre o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento e o Banco do Nordeste, que levou ao apoio a projetos de pesquisa na área de desenvolvimento político, econômico e social, através de dois editais de seleção em 2010 e 2012. O Comitê Científico do Centro Celso Furtado foi responsável pela seleção dos projetos, acompanhamento das pesquisas e a avaliação final, e teve a participação de pesquisadores nas diversas áreas de Economia e Sociologia, como Antônio Carlos Macedo e Silva (Macroeconomia e Economia Internacional), Carlos Aguiar de Medeiros (Desenvolvimento Econômico e Inserção Internacional), Carlos Antônio Brandão (Economia Regional e Urbana), Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos (Economia Brasileira), Carmem Aparecida do Valle Costa Feijó (Macroeconomia Pós-Keynesiana), Franklin Leon Peres Serrano (Economia da Indústria e da Tecnologia), Inez Silvia Batista Castro (Desenvolvimento Regional e Internacional), Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho (Ciência Política).

Desta forma, foram oito pesquisas escolhidas, distribuídas em quatro grandes temas: novas interpretações desenvolvimentistas; reinserção internacional da economia brasileira; investimento em infraestrutura, distribuição de renda e desenvolvimento – experiências recentes e os desafios do Nordeste e o desenvolvimento como redutor da heterogeneidade estrutural e regional.

Tendo em vista as linhas de pesquisas, metade destes artigos apresentou corte regional enquanto a outra parte alicerçou-se na economia nacional como um todo.

Desta maneira, a primeira parte deste livro envolve os artigos de enfoque regional, destacando-se o desempenho da região Nordeste. É sabido que desequilíbrios espaciais podem ser uma ameaça à própria unidade federativa e, neste sentido, a pesquisa sobre desenvolvimento que incorpora os espaços subnacionais é muito bem-vinda. De fato, a natureza das políticas de desenvolvimento regional deve ser compreendida como uma dimensão fundamental da agenda nacional.

O enfoque no Nordeste se justifica por fatores multidimensionais do desenvolvimento, mas apenas para realçar um deles, vale mencionar o aspecto social. No último censo, a população nordestina ultrapassou os 53 milhões. Deste total, 9,6 milhões estavam em situação de extrema pobreza, o que corresponde a 59,1% da população extremamente pobre do País. O contraste com a situação social de regiões mais ricas, como o Sul e Sudeste, pode ser explicitado quando se compara o percentual de habitantes em situação de extrema pobreza (2,6% e 3,4%, respectivamente) com o mesmo percentual no Nordeste (18,10%).

Logo, a análise do papel redistributivo do Estado torna-se crucial para a busca de maior equidade social e de redução da pobreza. Assim, o artigo “A desigualdade social nas metrópoles de Salvador, Recife e Fortaleza”, de Josiane Fachini Favo abre esta publicação. A autora analisa, a partir de dados da PNAD, no período de 1981 a 2008, as disparidades sociais nestas três metrópoles. O trabalho parte dos determinantes estruturais da desigualdade como concentração da propriedade rural, estrutura do mercado de trabalho e a natureza das políticas sociais nacionais e políticas de desenvolvimento regionais.

De acordo com a autora, as medidas do Governo Federal, a partir da década de 2000 promoveram certo desenvolvimento social, ao mesmo tempo em que as razões estruturais e institucionais da concentração de renda ainda se mantiveram em patamar “inaceitável”.

O segundo artigo desta publicação, “Investimento em Infraestrutura, distribuição de renda e desenvolvimento: Experiências recentes e os desafios do Nordeste”, de João Policarpo Rodrigues Lima e Renata de Melo Caldas,

aborda os gastos em infraestrutura econômica e social tanto na esfera federal como estadual para a região Nordeste. Ênfase merece ser conferida a uma das conclusões do trabalho. Há estados nordestinos, como é o caso de Alagoas, Pernambuco e Piauí que realizam gastos em infraestrutura medidos como proporção de seus respectivos PIBs em patamares semelhantes ao do estado de São Paulo. Entretanto, os valores absolutos são insuficientes para suprir as deficiências infra estruturais regionais, o que é revelador da situação de fragilidade fiscal da região nordestina.

“Bancos Públicos Federais Brasileiros e Heterogeneidade Regional”, de Victor Leonardo de Araujo, apresenta um estudo sobre a atuação dos cinco principais bancos públicos do País no que toca à distribuição do crédito entre os subespaços nacionais. O autor argumenta que, entre 2003 e 2011, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal aumentaram a concentração dos saldos de suas operações de crédito no Sudeste, enquanto o BNDES permaneceu com o mesmo nível de centralização naquela região. Desta maneira, os maiores bancos públicos federais parecem ter sido guiados por instrumentos privados na concessão dos créditos. Em termos intra-regionais, BNB e Basa revelaram um padrão de concessão de créditos que acarretou uma partilha de recursos onde houve predomínio dos estados mais dinâmicos das regiões Nordeste e Norte. Uma hipótese levantada por Victor Araújo é que este “modo privado de operar” pode ter sido imposto às instituições públicas nacionais após as operações de reestruturação patrimonial e Adesão ao Acordo de Basileia. O Acordo fundamenta-se em busca de menor risco sistêmico sem considerar o papel que bancos de desenvolvimento e/ou públicos possam exercer no sentido de atenuar as desigualdades econômicas regionais.

“Especialização produtiva e crescimento econômico: o caso do Nordeste”, de Gilberto Libânio, apresenta as interligações entre as economias regional, nacional e mundial e, por esta razão, foi selecionado para fechar a primeira parte desta publicação. O autor analisa o perfil exportador dos estados do Nordeste, entre 1996 e 2009 e o compara aos principais parceiros comerciais do Brasil – China e Estados Unidos. Também trata

dos impactos das flutuações da economia mundial sobre o Nordeste. O enfoque inovador está no uso de metodologia de Blazquez-Lidoy em nível subnacional e a visão regional dos efeitos das oscilações macroeconômicas mundiais. Este tipo de análise deve ser estimulado uma vez que políticas macroeconômicas nacionais se espriam diferenciadamente sobre o território e a compreensão das variedades nos subespaços pode auxiliar no esboço de uma de atuação mais efetiva do Governo Federal.

A segunda parte desta publicação contemplou novas visões desenvolvimentistas para a economia nacional. Estão presentes: a análise do consumo de massa no Brasil; reflexões sobre o atual padrão de desenvolvimento e a investigação da maneira como se insere o Brasil na economia mundial.

O primeiro texto “A heterogeneidade estrutural e o consumo de massa no Brasil”, de Bernardo Campolina e Fernando Gaiger Silveira, testa a hipótese de mudança na composição do consumo nacional, consoante os diversos estratos de renda, entre 2003 e 2009, o que implicaria um novo estilo de desenvolvimento.

A partir de microdados das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs) de 2002/03 e 2008/09, o autor revela mudanças significativas no padrão de consumo do brasileiro como reflexo da desconcentração da renda, favorecida pela ampliação do universo dos programas de transferência de renda e pelo acesso ao crédito de parcela mais pobre da população. Ao mesmo tempo, constata queda, ainda que reduzida, da desigualdade do desembolso global, medida pelo índice de Gini (queda de 0,4 pontos percentuais). Por fim, conclui que se pode inferir uma mudança no estilo de desenvolvimento, conforme conceito de Aníbal Pinto.

“Impactos da ascensão da China na inserção internacional do Brasil”, com ênfase para o período pós-crise financeira global”, de André Moreira Cunha, Marcos Tadeu Caputi Lélis e Julimar da Silva Bichara, busca, dentre outros objetivos, constatar se há convergência de ciclos econômicos entre o Brasil e seus principais parceiros comerciais e entre a China e os atores de sua corrente de comércio no período 1960-2010. Os autores constataram que quanto maior a intensidade de comércio interna-

cional, maior a convergência dos ciclos do Brasil com os países de origem das importações ou destino das exportações, incluindo a China. Cumpre frisar que os resultados do modelo, fundamentado nas ideias de Frankel e Rose, indicam um possível processo de especialização da produção da América Latina com estímulo à exportação de bens intensivos em recursos naturais pelo Continente, a exemplo do já apontado pela escola Cepalina na década de 1960.

“A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização”, de Luiz Filgueiras, discute as distintas interpretações do modelo de desenvolvimento brasileiro observado a partir do século XXI. O autor ainda propõe uma visão de padrão de desenvolvimento (Liberal-Periférico) onde o estado brasileiro, fundamentado nos bancos públicos, nos fundos de pensão paraestatais e em grandes empresas estatais exerceria o papel de capital financeiro, estimulando e financiando a centralização e concentração de grandes grupos econômicos nacionais. Ressalta que neste modelo, a inserção internacional se dá passivamente o que gera vulnerabilidade externa estrutural e eventual desindustrialização da economia.

“Novo desenvolvimentismo, Governo Lula e dilemas de uma concepção de desenvolvimento inspirada em elementos do capitalismo anglo-saxão” é o texto que encerra o livro. Sidartha Soria e Silva realiza uma análise política do novo desenvolvimentismo e do Governo Lula. O trabalho apresenta pontos de contato com o de Luiz Filgueiras, particularmente no que toca ao papel do crédito governamental na dinâmica econômica. O autor salienta a recuperação do protagonismo do Estado no período recente acompanhada da permanência de ideário liberalizante como o fortalecimento do mercado financeiro nacional e presença forte de capitais externos no país.

Cumpre ressaltar que, apesar da seleção dos oito artigos haver ocorrido de forma independente, a leitura do livro leva a uma conversa entre os autores, que registram visões afins sobre o tema de desenvolvimento ou abordagens complementares, como notas musicais em uma composição.

Não é possível atingir conclusões definitivas – ainda mais sobre a temática de desenvolvimento, tema cuja discussão remonta ao nascimento da economia enquanto ciência. Entretanto, há uma boa contribuição ao debate com *insights* motivadores refletindo o momento atual da obra em andamento que é o estudo do desenvolvimento e o desenvolvimento em si.

Inez Silvia Batista Castro